



»CB.Poder | GILMAR PEREIRA DA SILVA | REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

“A COP30 será marcada pela presença da ciência”

Conferência do Clima irá além dos debates sobre o futuro do planeta, sustentabilidade e novas energias, afirma dirigente da UFPA

» RAFAELA BOMFIM*

Para o reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Gilmar Pereira da Silva, a 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas, em Belém, no próximo mês, será muito mais do que um encontro entre nações com o objetivo de construir consensos sobre a preservação do planeta, a sustentabilidade e a adoção de energias renováveis e limpas. Ele considera que a COP30 será, sobretudo, um espaço da ciência, conforme frisou aos jornalistas Marcos Paulo Lima e Sibel Negromonte, na edição de ontem do programa CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília. Segundo Gilmar, a UFPA tem atuado como articuladora entre ciência, sociedade e poder público para que o evento deixe um legado que vá além das obras de infraestrutura. Leia a entrevista a seguir.

Como será a participação da UFPA na COP?

A universidade será sede de parte da Cúpula dos Povos, com expectativa de receber mais de 20 mil pessoas, incluindo cerca de 3 mil indígenas. Serão realizados eventos científicos e fóruns de reitores, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Museu Paraense Emílio Goeldi. A COP30 será marcada pela presença da ciência. Fazer uma COP no Brasil sem os cientistas não é uma COP completa.

Como a UFPA tem trabalhado para aproximar ciência e população nessa agenda climática?

A universidade tem buscado colocar a ciência a serviço da sociedade. É a segunda maior federal do país, com 53 mil alunos distribuídos em 12 campi, e a terceira maior entre as públicas brasileiras. Sua estrutura cobre todo o estado — de Altamira, a quase 2 mil quilômetros de Belém, ao arquipélago do Marajó, onde se chega após uma noite de barco. Esse alcance territorial permite dialogar diretamente com comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Desde 2024, a instituição realiza eventos para discutir a COP com a sociedade civil e o governo, fortalecendo a extensão universitária como ponte entre pesquisa e participação popular.

Ed Alves/CB/D.A Press



O que a universidade já promoveu até agora em relação à COP30?

Foram realizados encontros em Belém e em Manaus reunindo as universidades da Amazônia Legal. Em fevereiro de 2024, ocorreu um evento com mais de mil participantes, com presença virtual da ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e de representantes do Ministério da Educação (MEC). Depois, houve um fórum com a presidente da comissão organizadora da COP, Ana Toni. Esse processo culminou na entrega de uma carta ao embaixador André Corrêa do Lago, presidente da conferência, e a ministros do governo federal, com propostas das universidades amazônicas. A ideia é que o conhecimento produzido na região tenha papel central nas decisões da COP.

Que estudos e projetos científicos a UFPA levará



Belém vai receber o mundo com sua cultura, sua gastronomia e seu conhecimento. O evento (COP30) vai passar, mas o que a ciência construir, ficará. Esse é o verdadeiro legado”

para a conferência?

A universidade tem tradição em pesquisas sobre clima, biodiversidade e bioeconomia. Destacam-se o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (Naea), referência nacional, e o Núcleo de Meio Ambiente (Numa), que produz estudos sobre mudanças climáticas, gestão das águas e cadeias produtivas sustentáveis, como a do açaí e dos óleos vegetais. Também está em andamento o barco científico Brasil-França, parceria com a Universidade do Amazonas, a Capes

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a Embaixada da França. A embarcação sairá de Manaus e chegará a Belém durante a COP, trazendo pesquisadores que vão dialogar com comunidades ribeirinhas ao longo do percurso.

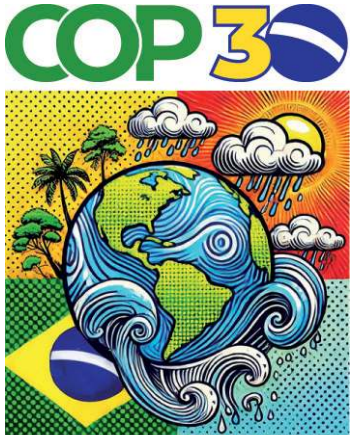
Como a universidade tem articulado o debate com outras regiões e biomas do país?

O trabalho tem sido integrado com universidades de outros biomas, especialmente o Cerrado. A

relação entre Cerrado e Amazônia é direta: o Cerrado é o berço das águas que alimentam os rios da floresta. A UFPA mantém diálogo com a Universidade de Brasília (UnB) e com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para desenvolver pesquisas conjuntas. Essa aproximação mostra que os biomas são interdependentes, e entender essa conexão é essencial para pensar soluções climáticas para o país.

Qual o papel das unidades da UFPA em Santarém e Marabá na agenda ambiental?

Santarém e Marabá são polos importantes de estudo e extensão. Nessas regiões, a universidade lida com temas como grilagem, garimpo e desmatamento. Há parceria com as universidades locais, como a Ufopa (Universidade Federal do Oeste do Pará) e a Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste



MARCHA PARA BELÉM

do Pará), ambas originadas de antigos campi da UFPA. Também há diálogo com reitores de outros estados da Amazônia para fortalecer ações conjuntas de enfrentamento às ilegalidades e de formação de profissionais voltados ao desenvolvimento sustentável.

O que Belém e a universidade devem ganhar com o evento?

O legado principal precisa ser científico e social. As obras são necessárias, mas o conhecimento é o que permanece. Um exemplo é o Convento dos Mercedários, do século 17, que está sendo restaurado com apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e da Vale. O espaço abrigará parte da Escola de Música e do curso de Restauo da UFPA, além de um museu e uma livraria especializada. Durante a COP, funcionará como a Casa do BNDES, e, depois, continuará como centro cultural e acadêmico. O investimento ultrapassa R\$ 40 milhões e é uma das obras mais simbólicas dessa preparação.

E para quem vai a Belém, o que o senhor diria?

Que venha conhecer uma universidade ribeirinha, aberta à sociedade e ao diálogo. A UFPA é parte da cidade, e a cidade é parte da universidade. Belém vai receber o mundo com sua cultura, sua gastronomia e seu conhecimento. O evento vai passar, mas o que a ciência construir, ficará. Esse é o verdadeiro legado.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

MEIO AMBIENTE

Ibama impede a construção de usina termelétrica no DF

» VANILSON OLIVEIRA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) indeferiu, ontem, a licença prévia da Usina Termelétrica Brasília, empreendimento da Termo Norte Energia Ltda., planejado para operar com gás natural em Ceilândia. Um parecer técnico concluiu que o projeto tem inviabilidade ambiental e locacional.

Segundo o parecer, a usina teria 1.470 megawatts de potência instalada e ocuparia área anexa ao rio Melchior, em Samambaia. O Ibama aponta que a instalação exigiria a supressão de 31,91 hectares de vegetação do Cerrado, além da captação de 110 mil litros de água/hora e lançamento de efluentes tratados

no mesmo curso d’água. A equipe técnica considerou o empreendimento incompatível com as condições ambientais da região e destacou a falta de instrumentos legais essenciais, como certidão de uso e ocupação do solo.

O documento também aponta que o licenciamento do Gasoduto Brasil Central, que abasteceria a termelétrica, está vencido há seis anos e sem registro de início das obras. “A Licença de Instalação do gasoduto encontra-se vencida desde 2019 (...). O empreendimento termelétrico em tela não se viabilizaria sem o gasoduto”, afirma o parecer do Ibama. A dependência dessa infraestrutura foi considerada um fator determinante para o indeferimento da construção da termelétrica.

Outro ponto destacado pelo Ibama é a fragilidade do plano hídrico apresentado. O parecer observa que as outorgas de captação de água no rio Melchior, emitidas pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), foram suspensas por decisão judicial em junho. A sentença da Vara de Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do DF atendeu a uma ação civil pública movida pelo Instituto Internacional Arayara, que questionou o uso do rio — classificado como Classe IV, o mais degradado da escala de qualidade — para abastecer uma usina.

O Ibama também registrou que a usina seria construída ao lado da Escola Classe Guarirobo, o que elevava o grau de vulnerabilidade

socioambiental. A unidade atende 568 alunos, e a comunidade escolar apresentou manifestação contrária à obra. O instituto considerou que a proximidade de áreas residenciais e equipamentos públicos exige análise locacional mais rigorosa e a apresentação de alternativas de instalação fora do perímetro urbano.

A história do licenciamento da usina começou em março de 2023, mas, em junho de 2025, uma audiência pública convocada pelo Ibama foi suspensa, sobretudo, devido à ação do movimento #XôTermelétrica — que mobilizou moradores e organizações socioambientais contra a usina. A partir daí, houve uma articulação que envolveu entidades, como o Observatório do Petróleo e Gás e o Fórum das Águas do DF.

Instituto Arayara



Movimentos sociais e entidades ambientais se mobilizaram contra a usina